

## Companhia de Serviço de Água, Esgoto e Resíduos de Guaratinguetá – SAEG

CNPJ/MF nº 09.134.807/0001-91 – NIRE 35 500 759.561

Balanco Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em reais)				Demonstração do Resultado do Exercício Encerrado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em reais)				Demonstração dos Fluxos de Caixa (Método Indireto) encerrado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em reais)						
	Nota	31/12/2025	31/12/2024	Nota	31/12/2025	31/12/2024	Nota	2025	2024		2025	2024		
<b>Ativo</b>										<b>Lucro do Exercício</b>	13.623.195	8.609.947		
<b>Ativo Circulante</b>		35.597.554	25.263.714	<b>Receita Operacional Bruta</b>	87.252.680,92	83.177.874,35				Depreciação e Amortização	1.592.596	1.151.732		
Caixa e Equivalente de Caixa	2.2(a)/3	8.534.913	150.955	Receita de Tarifas	66.544.073,76	64.402.428,53	Diretoria de Planejamento	255.329,73	215.775,84	Ajuste de Avaliação Patrimonial	(4.148)	-		
Contas a Receber de Clientes	2.2(b)/4	24.861.629	22.757.782	Receita de Taxas	18.455.791,46	17.395.297,27	Diretoria Financeira	232.090,54	142.093,89	Ajuste de Exercícios Anteriores	10	(1.592.395)		
Estoques	2.2(d)	1.917.447	1.981.244	Multas e Juros de Mora	1.509.971,71	962.874,05	<b>Despesas Bancárias</b>	<b>866.561,92</b>	<b>827.076,65</b>	<b>Lucro ajustado</b>	<b>13.619.248</b>	<b>6.861.619</b>		
Outros Créditos	2.2(b)	283.565	373.732	Receitas Diversas	742.843,99	417.274,50	Tarifas Bancárias	866.561,92	827.076,65	<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>				
<b>Ativo Não Circulante</b>		41.578.164	33.388.097	<b>(-) Deduções da Receita Bruta</b>	<b>7.909.145,62</b>	<b>7.608.098,23</b>	<b>Multas, Juros e Encargos</b>	<b>619.530,78</b>	<b>1.106.579,76</b>	(Aumento) Redução – Contas a Receber	(2.045.693)	(697.705)		
Realizável a Longo Prazo	2.2(e)/4	3.276.880	3.171.777	COFINS	6.498.325,06	6.251.101,89	Multas e Juros de Mora	585.064,38	1.102.995,36	(Aumento) Redução – Estoques	63.797	(350.459)		
Imobilizado Líquido	2.2(e)/5	38.301.284	30.216.320	PIS/PASEP	1.410.820,56	1.356.996,34	Encargos Financeiros	34.466,40	3.584,40	(Aumento) Redução – Outros Créditos	(73.090)	(227.475)		
<b>Total do Ativo</b>		<b>77.175.718</b>	<b>58.651.811</b>	<b>(=) Receita Operacional Líquida</b>	<b>79.343.535,30</b>	<b>75.569.776,12</b>	<b>Despesas com Provisões</b>	<b>32.952.554,62</b>	<b>20.271.398,49</b>	Aumento (Redução) – Fornecedores	1.020.410	(1.778.482)		
<b>Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>77.175.718</b>	<b>58.651.811</b>	<b>(-) Custos Operacionais da Receita</b>	<b>43.604.664,70</b>	<b>42.972.450,06</b>	Provisão de Juros (SELIC)	614.364,58	164.971,50	Aumento (Redução) – Obrigações Sociais	2.907.175	54.996		
Passivo Circulante		29.678.384	22.016.816	<b>Custos com Produtos Químicos</b>	1.162.587,55	1.346.485,32	Provisão p/ Contingência Tributária	-	1.082.344,23	Aumento (Redução) – Obrigações Fiscais	28.290	19.606		
Empreiteiros, Fornecedores, Juros de Mora	2.2(b)/6	19.967.483	17.947.073	<b>Despesas Administrativas</b>	<b>31.822.414,47</b>	<b>31.673.665,89</b>	Depreciação Acumulada	1.592.595,92	1.151.732,00	Aumento (Redução) – Provisões Tributárias	569.785	(938.415)		
Obrigações Sociais	2.2(b)/6.1	5.024.428	2.117.253	Diretoria de Abastecimento de Água	6.804.084,61	6.627.625,74	Depreciação Acumulada	1.592.595,92	1.151.732,00	Aumento (Redução) – Outras Obrigações e Pagamentos	3.135.908	(325.427)		
Obrigações Fiscais	2.2(b)	246.585	218.295	Diretoria de Esgotamento Sanitário	968.978,27	641.150,68	Depreciação Acumulada	1.592.595,92	1.151.732,00	Aumento (Redução) – Provisão Contingências e Parcelamentos	(2.306.128)	3.577.012		
Obrigações Tributárias	2.2(b)/7	2.085.029	1.515.243	Diretoria de Manejo de Resíduos Sanitário	1.415.797,79	1.342.911,54	Depreciação Acumulada	1.592.595,92	1.151.732,00	Aumento (Redução) – Convênios a Executar	630.178	-		
Outras Obrigações a Pagar	2.2(b)	3.354.859	218.951	Diretoria de Provisões Operacionais	1.430.802,01	1.340.610,89	Depreciação Acumulada	1.592.595,92	1.151.732,00	Aumento (Redução) – Arrendamento Mercantil	3.697.146	-		
<b>Passivo Não Circulante</b>		<b>11.875.460</b>	<b>9.804.264</b>	<b>Despesas Operacionais</b>	<b>10.619.662,68</b>	<b>9.952.298,85</b>	Depreciação Acumulada	1.592.595,92	1.151.732,00	<b>Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais</b>	<b>21.297.027</b>	<b>6.195.269</b>		
Provisão p/ Contingências e Parcelamentos	2.2(b)/7	7.498.135	9.804.264	Diretoria de Abastecimento de Água	13.253.740,33	14.453.867,82	Depreciação Acumulada	1.592.595,92	1.151.732,00	<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>	<b>(9.677.560)</b>	<b>(6.676.512)</b>		
Convênios a Executar		680.178	-	Diretoria de Esgotamento Sanitário	7.695.977,34	6.425.910,02	Depreciação Acumulada	1.592.595,92	1.151.732,00	Variação do Ativo não circulante	-	(382.373)		
Outorga de Captação de Recursos Hídricos	14	3.697.146	-	Diretoria de Manejo de Resíduos Sanitário	7.695.977,34	6.425.910,02	Depreciação Acumulada	1.592.595,92	1.151.732,00	Aquisição de Ativo Imobilizado	(9.677.560)	(6.294.139)		
<b>Patrimônio Líquido</b>		<b>35.621.875</b>	<b>26.830.732</b>	Diretoria de Provisões Operacionais	10.511.475,45	10.367.411,84	Depreciação Acumulada	1.592.595,92	1.151.732,00	<b>Caixa Líquido Usado nas Atividades de Financiamento</b>	<b>(3.235.509)</b>	<b>525.008</b>		
Capital Social		9.086.495	9.086.495	Secretaria de Meio Ambiente – DAEE	126.144,67	120.640,21	Depreciação Acumulada	1.592.595,92	1.151.732,00	Integralização de Capital	-	525.008		
Resultado Acumulado	8	9.212.978	423.907	Despesa c/ Provisões Administrativas	1.180.415,86	945.345,92	Depreciação Acumulada	1.592.595,92	1.151.732,00	Aumento (Redução) – Dividendos a pagar	(3.235.509)	-		
Reservas	2.2(g)	10.615.875	17.320.330	<b>Despesas Administrativas</b>	<b>8.294.758,32</b>	<b>9.073.612,19</b>	Depreciação Acumulada	1.592.595,92	1.151.732,00	<b>Aumento/(Diminuição) Líquido nas Disponibilidades</b>	<b>8.383.958</b>	<b>43.765</b>		
Resultado do Exercício	2.2(f)	9.706.527	-	Presidência	522.319,16	534.488,62	Depreciação Acumulada	1.592.595,92	1.151.732,00	<b>Demonstrado Como Segue:</b>				
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>77.175.718</b>	<b>58.651.811</b>	Diretoria Comercial	3.774.864,01	3.637.426,83	Depreciação Acumulada	1.592.595,92	1.151.732,00	Caixa e equivalentes de caixa no início do período	150.955	107.191		
As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.				Diretoria Administrativa	3.510.154,88	4.543.827,01	Depreciação Acumulada	1.592.595,92	1.151.732,00	Caixa e equivalentes de caixa no final do período	8.534.913	150.955		
<b>Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis encerrado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em reais)</b>				<b>(-) Resultado Operacional Bruto</b>	<b>35.738.870,60</b>	<b>32.597.326,06</b>	<b>(-) Resultado Operacional Líquido</b>	<b>(16.229.133,43)</b>	<b>(7.450.182,42)</b>	<b>Aumento/(Diminuição) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>8.383.958</b>	<b>43.765</b>		
<b>1. Contexto Operacional</b> – A Companhia de Serviço de Água, Esgoto e Resíduos de Guaratinguetá – SAEG foi criada inicialmente como sociedade de economia mista pela Lei Municipal nº 3.933/2007, com fundamento na Lei Federal 11.445/2007. Alterada a natureza jurídica para empresa pública através da Lei Municipal nº 5.518/2023 cujo proprietário do capital é o município de Guaratinguetá. Foi criada com objetivo de operar os sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário e manejo de resíduos sólidos em todo o município de Guaratinguetá. A Companhia tem por objetivos: • Estudo, projeto e execução, direta ou indireta de obras e serviços relativos à construção, ampliação ou remodelação dos sistemas públicos de abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo dos resíduos sólidos domiciliares, comerciais, industriais e aqueles provenientes da limpeza pública e de serviços de saúde; • Operação, manutenção, conservação e exploração, direta ou indireta, dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos domiciliares, comerciais, industriais e aqueles provenientes da limpeza pública e de serviços de saúde; • Lançamento, fiscalização e cobrança de tarifas, taxas e outros preços resultantes da prestação dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos domiciliares, comerciais e industriais e aqueles provenientes da limpeza pública e de serviços de saúde; • Exercício de quaisquer outras atividades relacionadas aos sistemas públicos de abastecimento de água, esgotamento sanitário e manejo de resíduos sólidos. <b>2. Apresentação das Demonstrações Contábeis e Principais Práticas Contábeis</b> – 2.1. <b>Apresentação das Demonstrações Contábeis:</b> As demonstrações financeiras foram elaboradas no regime de competência onde a Entidade adotou todos os pronunciamentos e respectivas interpretações técnicas e orientações técnicas emitidas pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade, que, com as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira, são denominados como práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). As políticas contábeis estabelecidas na nota explicativa nº 2.2 foram aplicadas na preparação das demonstrações contábeis para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024. A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração efetue estimativas e adote premissas que afetam os montantes apresentados nas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados devido a imprecisões inerentes ao processo de estimativa. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. Com base nas demonstrações financeiras se conclui que não há incertezas relevantes quanto à continuidade operacional da Companhia. <b>2.2. Principais Práticas Contábeis:</b> <b>a. Caixa e Equivalentes de Caixa:</b> Incluem numerário em contas correntes e aplicações financeiras de curto prazo, com liquidez imediata. <b>b. Outros Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes:</b> Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. <b>c. Ajuste a Valor Presente de Ativos e Passivos:</b> A entidade avalia periodicamente, com base na materialidade, os efeitos deste procedimento sendo que, nas demonstrações financeiras de 2025, não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas. <b>d. Estoque:</b> Os estoques de materiais destinados ao consumo e à manutenção dos sistemas de água e esgoto são demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição ou o valor realizável líquido, e estão classificados no ativo circulante. <b>e. Imobilizado:</b> Registrado com base no valor original de custo, mais as adições e baixas ocorridas até a data do balanço, sendo depreciado pelo método linear e taxas que levam em consideração o período de vida útil do bem. <b>f. Apuração do Resultado do Exercício:</b> As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência. A Companhia reconhece a receita quando: <b>I)</b> os bens ou os serviços são entregues, <b>II)</b> o valor pode ser mensurado com segurança, <b>III)</b> seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e <b>IV)</b> é provável que os valores serão recebidos. Não se considera que o valor da receita seja mensurável com segurança até que todas as condições relacionadas à sua prestação estejam atendidas. <b>g. Patrimônio Líquido:</b> O grupo Patrimônio Líquido é representado pelo Capital Social, Reserva de				<b>Reserva Legal e Reservas de Lucros</b>	<b>11.610.443</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>15.499.745</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>419.795</b>	<b>Total Patrimônio Líquido</b>	<b>35.621.875</b>	<b>26.830.732</b>		
<b>Legal e Reservas de Lucros.</b> O saldo de lucros é zero, pois todo lucro acumulado deve ser destinado ou alocado para uma reserva de lucro.				<b>3. Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>	<b>Chance de Perda</b>	<b>Cível</b>	<b>Trabalhista</b>	<b>Tributária</b>	<b>Total</b>	<b>Provisão para Contingências</b>		
<b>3. Caixa e Equivalentes de Caixa</b>				Caixa Geral	8.561.487	11.610.443	Provável	927.108	3.814.598	-	4.741.706	4.741.706		
<b>3. Caixa e Equivalentes de Caixa</b>				Contas Correntes – Bancárias	1.442.445	123.069	Possível	126.517	-	-	126.517	-		
<b>3. Caixa e Equivalentes de Caixa</b>				Aplicações de Liquidez Imediata	5.505.639	27.886	Remoto	209.014.989	471.745	5.435.226	214.921.960	-		
<b>3. Caixa e Equivalentes de Caixa</b>				Aplicações Financeiras	1.586.829	-	<b>Total</b>	<b>210.059.553</b>	<b>4.412.860</b>	<b>5.435.226</b>	<b>219.907.639</b>	<b>4.741.706</b>		
<b>3. Caixa e Equivalentes de Caixa</b>				<b>Saldo</b>	<b>8.534.913</b>	<b>150.955</b>	<b>As principais ações que representam 98% dos valores de provisões civis remotas são:</b> • Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público no ano de 1998, valor da causa R\$126.998.502 (cento e vinte e seis milhões novecentos e noventa e oito mil quinhentos e dois reais), objetivando a condenação do Município e do SAAEG (atuarquia) à universalização do tratamento do esgoto. Classificada como remota por não ter a SAEG como titular da ação, no entanto considerando o risco de responsabilização solidária a SAEG está em tratativas de celebração de um Termo de Ajuste de Conduta junto ao Ministério Público. • Processo arbitral promovido pela GSSA em desfavor da SAEG, em que o provisionamento, no valor de R\$78.752.638 (setenta e oito milhões setecentos e cinquenta e dois mil seiscentos e trinta e oito reais), é feito com base nas informações prestadas pelo escritório de advocacia contratado para defender os interesses da SAEG, Dinamarco, Beraldo & Bedaque Advocacia. Esta ação encontra-se classificada com a probabilidade de perda como remota em razão do estágio do procedimento arbitral estar em fase pericial, tendo em vista que os valores devidos ainda estão em discussão e esclarecimento. Após a conclusão da prova pericial, essa classificação deverá ser reavaliada. Os débitos parcelados de tributos federais estão registrados como segue:							
<b>4. Contas a Receber de Clientes</b> – As contas a receber de clientes correspondem à prestação de serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e manejo de resíduos sólidos no Município de Guaratinguetá, sendo reconhecidas pelo valor faturado deduzidas das perdas estimadas com liquidação duvidosa, sendo então classificados como ativo circulante, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço, e podem ser assim demonstradas:				<b>2025</b>	<b>2024</b>	<b>Circulante</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>	<b>Provisão para Contingências</b>					
<b>4. Contas a Receber de Clientes</b>				Crédito a Receber	32.587.739	29.939.355	PGFN – débitos previdenciários (a)	475.098	414.438	<b>Reconhecimento Valor do Ajuste</b>				
<b>4. Contas a Receber de Clientes</b>				Perdas Estimadas de Créditos de Liquidação Duvidosa	(2.886.392)	(2.921.589)	RFB – débitos previdenciários (b)	407.222	503.953	<b>Valor do Ajuste</b>				
<b>4. Contas a Receber de Clientes</b>				Perdas De Créditos Não Liquidados	(4.839.718)	(4.259.983)	SEFAP SP – demais débitos (c)	407.814	28.995	<b>Despesa</b>				
<b>4. Contas a Receber de Clientes</b>				<b>Saldo</b>	<b>24.861.629</b>	<b>22.757.782</b>	<b>Total</b>	<b>1.290.134</b>	<b>947.386</b>	<b>Reversão</b>				
<b>4. Contas a Receber de Clientes</b>				A estimativa para o complemento das Perdas Estimadas de Créditos de Liquidação Duvidosa no exercício de 2025 inclui o exame da magnitude dos débitos individuais, bem como dos créditos em litígio, usando-se como referência padrões históricos de arrecadação. Os créditos a receber considerados irre recuperáveis perante a Lei ou antecionômicos para se cobrar são baixados contabilmente. As Perdas Estimadas de Créditos de Liquidação Duvidosa são constituídas quando há incerteza a respeito de arrecadação. O valor de R\$ 4.839.718 (quatro milhões oitocentos e trinta e nove mil setecentos e dezoito reais) refere-se às perdas Dedutíveis atendendo aos atrativos da Lei 9.430/96 e CPC 48 – Instrumentos Financeiros. Para fins fiscais, os créditos não recebidos com atraso superior a 5 anos, mesmo após tentativas de cobrança, foram baixados. Durante o exercício de 2025 foram realizadas conciliações que levaram ao alinhamento dos relatórios financeiros de contas a receber com as movimentações contábeis. Com base nestas conciliações foram realizadas correções dos anos anteriores quanto a mensuração dos créditos a receber, quer vencidas, quer a vencer, de forma que a contabilidade seja um reflexo da real posição financeira da companhia. Também foram realizadas correções visando o reconhecimento dos ajustes realizados nas faturas de acordo com o princípio de competência. Tais movimentações refletiram também em ajustes referente ao resultado de exercícios anteriores. Os Realizáveis a Longo Prazo correspondem às negociações e parcelamentos celebrados com clientes de dívidas já vencidas anteriormente, cujas parcelas em aberto ultrapassam o período de um exercício. De forma que as parcelas vencidas no próximo exercício, 2026, estão contidas nos Créditos a Receber do Ativo Circulante, as demais parcelas estão contidas no Realizável a Longo prazo.	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>	<b>Despesa</b>					
<b>5. Imobilizado</b>				Aparelhos de Medição e Orientação	641.607	10.862	PGFN – débitos previdenciários (a)	475.098	414.438	<b>Despesa</b>				
<b>5. Imobilizado</b>				Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	33.577	8.760	RFB – demais débitos	407.222	503.953	<b>Reversão</b>				
<b>5. Imobilizado</b>				Aparelhos, Equipamentos e Utensílios Méd.	558	199	SEFAP SP – demais débitos (c)	407.814	28.995	<b>Despesa</b>				
<b>5. Imobilizado</b>				Equipamento de Proteção, Segurança e Soc.	7.737	20.976	<b>Total</b>	<b>1.290.134</b>	<b>947.386</b>	<b>Reversão</b>				
<b>5. Imobilizado</b>				Máquinas e Equipamentos Industriais	-	48.152	<b>Não Circulante</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>	<b>Despesa</b>				
<b>5. Imobilizado</b>				Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Of.	65.115	30.162	PGFN – débitos previdenciários (a)	277.140	695.971	<b>Despesa</b>				
<b>5. Imobilizado</b>				Equipamentos, Peças e Acessórios para Au.	27.730	-	RFB – débitos previdenciários (b)	1.085.926	1.321.421	<b>Despesa</b>				
<b>5. Imobilizado</b>				Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	2.008.907	1.169.270	RFB – demais débitos	1.393.364	-	<b>Despesa</b>				
<b>5. Imobilizado</b>				Outras Máquinas, Aparelhos, Equipamentos	1.126.464	59.388	SEFAP SP – demais débitos (c)	2.756.430	2.017.392	<b>Despesa</b>				
<b>5. Imobilizado</b>				Equipamentos de Processamento de Dados	95.972	140.476	(a) Refere-se a um parcelamento de débitos de INSS do período de agosto de 2022, cuja dívida global foi parcelada em 60 meses e aos valores originais foram acrescidos multas e juros por atraso, conforme determina a legislação em vigor. (b) Refere-se a um parcelamento de débito de INSS do período de 2020, cuja dívida global foi parcelada em até 60 meses e aos valores originais foram acrescidos multas e juros por atraso, conforme determina a legislação em vigor. Referido parcelamento foi solicitado devido ao recebimento de um Aviso Fiscal de Autorregulação (ICMS TUSD/TUST), visando a regularização de valores de ICMS devido sobre energia elétrica adquirida, os quais a Companhia deixou de pagar em virtude de liminar concedida pelo Poder Judiciário, em 2020, com embasamento no posicionamento até então prevalente no Superior Tribunal de Justiça (STJ). No entanto, em 2024 o STJ mudou o seu posicionamento (Tema Repetitivo nº 986), o que deu início ao procedimento de cobrança pela Secretaria da Fazenda Estadual e posterior parcelamento dos débitos por esta Companhia. <b>8. Imposto de Renda e Contribuição</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>	<b>Despesa</b>		
<b>5. Imobilizado</b>				Equipamentos de Tecnologia da Informação	47.114	5.298	PGFN – débitos previdenciários (a)	475.098	414.438	<b>Despesa</b>				
<b>5. Imobilizado</b>				Sistemas Aplicativos – Softwares	46.426	469.448	RFB – demais débitos	407.222	503.953	<b>Reversão</b>				
<b>5. Imobilizado</b>				Mobiliário em Geral	110.527	43.926	SEFAP SP – demais débitos (c)	407.814	28.995	<b>Despesa</b>				
<b>5. Imobilizado</b>				Utensílios em Geral	110.902	37.698	<b>Total</b>	<b>1.290.134</b>	<b>947.386</b>	<b>Despesa</b>				
<b>5. Imobilizado</b>				Coleções e Materiais Bibliográficos	3.223	-	(a) Refere-se a um parcelamento de débitos de INSS do período de agosto de 2022, cuja dívida global foi parcelada em 60 meses e aos valores originais foram acrescidos multas e juros por atraso, conforme determina a legislação em vigor. (b) Refere-se							

... continuação

### Companhia de Serviço de Água, Esgoto e Resíduos de Guaratinguetá – SAEG

**11. Multas e Juros** – Os valores registrados nas despesas de Multas e Juros são referentes a multas compensatórias e moratórias e juros de mora referente a atrasos nos pagamentos à fornecedores ou de tributos, conforme detalhamento abaixo:

Descrição	Valor
Juros Atraso de Pagamento de Multa de Trânsito	2
Juros de Mora Fornecedores em atraso	4.605
Juros Parcelamentos INSS	9.039
Juros Parcelamentos PIS/COFINS	69
Multa e Juros CSL 1ºT 2025	1.581
Multa/ Juros atraso de ISS	95
Multa/ Juros referente a retificação da EFD-Reinf, período de apuração 03/2025	2.412
Multa/Juros COFINS apuração 04/2022	228
Multa/Juros Parcelamento ICMS	566.984
Multa/Juros PIS apuração 04/2022	50

O montante mais relevante refere-se a encargos incidentes sobre parcelamento de ICMS, formalizado junto ao fisco estadual, cujas condições de pagamento encontram-se regularmente pactuadas. **12. Cobertura de Seguros** – A Companhia mantém apólice de seguros para cobertura de eventuais sinistros de seus bens patrimoniais, ou aqueles sob sua responsabilidade, apólice Caixa Seguros, registrado na SUSEP.

**13. Índices de Liquidez**

Índices	2025	2024
<b>Índice de Liquidez Imediata (Ativo Disponível/ Passivo Circulante)</b>	0,32	0,01
<b>Índice de Liquidez corrente (Ativo Circulante/ Passivo Circulante)</b>	1,34	1,15
<b>Índice de Liquidez Seco (Ativo Circulante – Estoques/Passivo Circulante)</b>	1,27	1,06
<b>Índice de Liquidez Geral (Ativo Circulante + Ativo Não Circulante/Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)</b>	1,01	0,89
<b>Garantia ao Capital de Terceiros (Patrimônio Líquido/ Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)</b>	0,93	0,84
<b>Composição de Endividamento (Passivo Circulante/Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)</b>	0,69	0,69

De forma geral, os indicadores analisados evidenciam melhoria consistente da situação econômico-financeira da entidade em 2025, especialmente nos aspectos relacionados à liquidez, solvência e fortalecimento patrimonial. Com relação à elevada participação do passivo circulante no endividamento total, o mesmo está sendo impactado pelo valor a pagar de R\$13.546.114 (treze milhões quinhentos e quarenta e seis mil cento e quatorze reais) referente a liquidações a pagar ao Fornecedor Guaratinguetá Saneamento S.A. (GSSA) de 2019 a 2021. Estes valores poderão ser reclassificados futuramente para passivo não circulante uma vez que existe um processo em fase inicial junto ao Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá, considerada para provisionamento de contingências civis remota. Vale ressaltar que, mesmo com a avaliação jurídica quanto ao risco processual, as obrigações permanecem registradas no passivo circulante, considerando que trata de contas vencidas, que não há decisão arbitral ou judicial suspendendo sua exigibilidade e, considerando ainda, o fato de inexistir instrumento formal que prorogue seu vencimento por prazo superior a 12 (doze) meses, portanto, permanece a obrigação originalmente constituída até deliberação no âmbito arbitral. Com relação a classificação, nesse momento, encontra-se em conformidade com os critérios estabelecidos pelo CPC 26, que determina que passivos devem ser classificados como circulantes quando exigíveis no curto prazo ou quando a entidade não possui direito incondicional de diferir sua liquidação por período superior a doze meses após a data do balanço. A reclassificação deve estar estritamente baseada em critérios técnicos e normativos contábeis, sob pena de caracterizar distorção relevante nas demonstrações financeiras. No entanto, a Administração manterá o acompanhamento do procedimento arbitral e revisará os efeitos contábeis pertinentes sempre que houver fato novo relevante que altere a avaliação de risco ou a natureza da obrigação. A Administração segue acompanhando os índices relacionados ao passivo circulante aplicando ações contínuas de planejamento financeiro e controle do capital de giro. **14. Outorga de Captação de Recursos Hídricos** – A Companhia utiliza recursos hídricos superficiais e/ou subterrâneos para a execução de suas atividades operacionais, especialmente para o abastecimento de água e demais serviços correlatos. Para tanto, mantém outorgas de direito de uso de recursos hídricos, concedidas pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente. As outorgas autorizam a captação de água em mananciais específicos, observados os limites de vazão, os prazos de vigência e as condicionantes técnicas e ambientais estabelecidas nos respectivos atos administrativos. Tais autorizações possuem prazo determinado e estão sujeitas à renovação periódica, bem como à fiscalização pelos órgãos reguladores.

**15. Contratos de Transferência de Recursos** – A Companhia mantém contrato de transferência de recursos financeiros firmado entre a Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – AGEVAP, o Município de Guaratinguetá, com interveniência da Companhia de Serviço de Água, Esgoto e Resíduos de Guaratinguetá – SAEG, conforme quadro demonstrativo abaixo.

Local Obra	Nº Contrato	Repasso	Assinatura	Vigência	Valor Repasse	Valor Contrapartida	Previsão Início
Interceptor Cacunda	4.101.035724.2.02.020.00.2024	05/12/2024	20/11/2029	01/12/2028	2.639.891,42	1.759.927,61	2º Sem/2026
ETE Vila Bela	08/2023	07/12/2023	01/12/2028		9.454.647,28	6.303.098,18	1º Sem/2026
<b>Total</b>					<b>12.094.538,70</b>	<b>8.063.025,79</b>	

A Administração da SAEG declara que as informações contidas nas demonstrações contábeis refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira da companhia, e foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a legislação vigente e normas do Conselho Federal de Contabilidade. A Administração confirma que não há fatos subsequentes que possam impactar significativamente as demonstrações financeiras apresentadas.

Edilson Aleixo de Oliveira	Maurício Guilherme Câmara	Ana Luisa Abreu Fonseca
Diretor Presidente	Diretor Administrativo e Financeiro	Contadora – CRC-SP 346.419/O-8
<b>Parecer do Conselho Fiscal</b>		

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia de Serviço de Água, Esgoto e Resíduos de Guaratinguetá – SAEG, abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais procederam ao exame do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício – DRE referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 e outros documentos pertinentes, com base nas análises efetuadas e nos esclarecimentos adicionais prestados pela Administração, considerando ainda, o relatório da auditoria contratada STAFF AUDITORIA & ASSESSORIA, datado de 27 de fevereiro de 2026 os Conselheiros Fiscais registram que não tiveram conhecimento de nenhum fato ou evidência que não esteja refletido nas Demonstrações Financeiras e aprovam por unanimidade as referidas contas mencionadas na ata da 1ª Reunião do Conselho Fiscal de 2026, opinando pela sua aprovação e posterior encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral. Guaratinguetá, 26 de março de 2026. **Paulo Celso Resende Rangel** – Presidente do Conselho Fiscal; **Laércio Andrade dos Santos**, **Jony Allan Silva do Amaral**, **Hélio Alves da Silva**, **José Hélio Marins Galvão Nunes** – Conselheiros fiscais.

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da empresa. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas/SP, 27 de fevereiro de 2026.  
**Staff Auditoria & Assessoria** – CRC-2SP 023.856/O-1  
**Roberto Araújo de Souza** – CT CRC-1SP 242.826/O-3.

## Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

Contato: (11) 3361-8833  
 Orçamentos: [comercial@datamercantil.com.br](mailto:comercial@datamercantil.com.br)

# DATA MERCANTIL

São Paulo



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 01/04/2026

Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)

